

Ata da Audiência Pública do licenciamento Ambiental da Alteração Projeto do TERMINAL INDUSTRIAL DA IMETAME, realizada em Barra do Sahy/ES, em 20 de março de 2018.

Aos 20 dias do mês de março de 2018, às 19h22min, Auditório da Arca – Associação Recreativa e Cultural de Aracruz, sito à Rodovia ES-010, Barra do Sahy, município de Aracruz, Estado Espírito Santo, dá-se início à Audiência Pública do processo de licenciamento ambiental do Projeto da Alteração Terminal Industrial IMETAME, localizando no município de Aracruz, conforme convocação do Sr. Jader Mutzig Bruna, Diretor Presidente do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, com base no Decreto 840-S, de 17/06/16, e nos termos da Lei Complementar 248, de 02/07/2002 e suas alterações, em atendimento à Lei 4.701, de 01/12/1992, ao Decreto 4.039-R, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial do Estado, do dia 07 de março de 2018, com a finalidade de divulgar e discutir a alteração de projeto do Terminal Industrial da Imetame, seus impactos e as alternativas tecnológicas junto às partes interessadas, devendo também coletar opiniões e críticas para fundamentar a tomada de decisão.

O Mediador desta audiência é o Sr. Ulisses Louzada Mantovani, Agente Ambiental e Recursos Hídricos, tendo como suplente a Sra. Giulianna Calmon Faria, Agente Ambiental. O Secretário é o Sr. Franz-Schubert Sathler Alves Ambrósio, Taquígrafo Parlamentar. O Mediador apresenta a dinâmica da Audiência Pública; faz a leitura das regras desta Audiência Pública. A duração da reunião é de 2h30min, podendo ser prorrogada por mais 30min. A seguir apresenta a equipe técnica do Iema responsável pela análise deste processo de licenciamento, Aline Nunes Garcia, Cláudio Dalle Olle, Elias Alberto Morgan Coordenador da área, Giulianna Calmon Faria, Luiz Antônio Cotia Deister e Maria Sepulcri Salaroli, Gerente.

Às 19h27min, a Sra. Giulianna Calmon fala sobre o licenciamento ambiental, da situação do projeto, e o que o órgão espera da reunião. Que espera a contribuição da sociedade na tomada de decisão sobre o licenciamento. Fala da exigência do licenciamento; o que subsidia a análise de um empreendimento. Fala dos aspectos legais que normatizam o licenciamento. Apresenta o ciclo do processo dentro do órgão ambiental. Tipos de licença: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. Ressalta a importância da participação popular no processo de



licenciamento; no Termo de Referência, nas audiências pública, nos Conselhos, no referendo, nas comissões de acompanhamento.

Às 19h35min, o Sr. Anderson da Silva de Carvalho, Diretor Comercial da IMETAME, passa a apresentar o projeto pontuando as mudanças em relação ao projeto original. Que o projeto é focado na prestação de serviços logísticos e de montagem final para a cadeia de suprimentos de Óleo e Gás. Apresenta a situação atual do projeto, os equipamentos existentes, que mesmo com a licença não foi feita ainda nenhuma intervenção marítima. Fala das razões da mudança da matriz de carga que visa tornar o negócio mais sólido e sustentável para a atração de novos investidores. Mostra o novo *layout*, com utilização com o aumento da aérea construída a oeste da ES-010; a redução na área construída no mar; a área do quebra-mar e da bacia de evolução aumentaram um pouco. Um dos principais motivos da mudança foi a alteração na matriz, antes de carga *offshore*, agora geral, com contêineres e granéis. Alteração para 350 empregos diretos, com pico serão 650, aumentando o período de implantação, agora 03 anos. Na fase de operação passa-se para 640 empregos diretos ao longo dos anos, com pico de 1.100. Na parte de tráfego, na implantação eram 90 unidades de transporte, passando para 124 UCP/h. Na Operação, passa de 50,8 para 238 UCP/h no pico. Diz que não haverá alteração na rota que utilizam a ES-257, ES-445 e a BR-101. Que esse incremento de veículos é ao longo dos anos, e será feita uma passagem da área do mar para o outro lado da rodovia, sem interferir na ES-010. Na parte de dragagem: atual de 8.8 milhões/m³ de dragagem para uma profundidade de 17ms na área dos berços do cais e 18m na área de manobra. O bota-fora marítimo vai absorver 5,2 milhões/m³; o terrestre 3,6 milhões/m³. Diz que o compromisso com as comunidades não muda. Essa apresentação às 19h47min.

A seguir, às 19h48min, o Sr. Marcelo Poças Travassos, Diretor de Operações da Econservation, empresa responsável pelo Relatório de Controle Ambiental – RCA, passa a comentar sobre os estudos ambientais. Apresenta as premissas básicas utilizadas para o estudo considerando as alterações no projeto, como o bota-fora terrestre e a questão das cargas. Que foram feitas atualizações ambientais da área de influência do empreendimento. Comenta sobre os impactos nas fases de instalação e



de operação. Ressalta que os impactos foram reanalisados e reclassificados de acordo com as alterações no projeto do Terminal. Como retirada de material e disposição em terra. Que outros impactos se alteraram com a nova proposta do projeto. No meio físico foi identificado como potencial impacto, o risco de salinização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; como medida mitigadora propõe-se a secagem do material úmido no próprio site; fazer a impermeabilização de toda área e a gestão e controle do descarte, para manter o mais isolado possível das áreas de proteção. Cita outros impactos; alteração da qualidade do ar, alteração da hidrodinâmica, alteração do relevo submarino e desencadeamento de processos erosivos, contaminação ambiental devido ao lançamento acidental de produtos no mar. Para cada impacto apresenta a devida medida de mitigação. No meio biótico identificou-se a atração de fauna sinantrópica, considerando a mudança da matriz de carga no porto, sendo um impacto de baixa a média magnitude. Como medida deve-se evitar o armazenamento de produtos por longos períodos, promover remoção de quaisquer condições que sirva de abrigo a essa fauna e limpeza das áreas de transporte e armazenamento. Pressão sobre a fauna terrestre. Perturbação da Biota Aquática Continental, tem que fazer o monitoramento. Interferência na comunidade pelágica, risco da introdução de espécies exóticas. Apresenta também as devidas medidas de mitigação. No meio socioeconômico foram identificados os seguintes impactos: a geração de empregos, positivo, que deve ser potencializado com a priorização da mão de obra local; qualificar essa mão de obra. Outros impactos observados: a alteração da paisagem, o aumento do tráfego local e o aumento de arrecadação tributária. Foram considerados os outros empreendimentos da região nessa análise e para cada impacto identificado foram apresentadas as devidas medidas de mitigação. Comenta os outros impactos já apresentados na primeira licença. Apresenta ainda os programas ambientais associados aos impactos apresentados, também já discutidos no EIA-RIMA. Esta apresentação encerra-se às 20h17min. A seguir o Sr. Mediador Ulisses Mantovani esclarece sobre a fase dos debates após o intervalo. A reunião é suspensa às 20h20min, sendo reaberta às 20h35min.

O Sr. Mediador Ulisses Mantovani convida a compor a Mesa compor o Sr. Sérgio Fantini de Oliveira e o Sr. Elias Morgan, representando a SEAMA e o IEMA, o Sr.



Anderson da Silva de Carvalho, Diretor Comercial da IMETAME e o Sr. Marcelo Travassos, da empresa consultora, Econservation. Às 20h40min, dá-se início à fase dos debates com as perguntas por escrito. Lê-se a pergunta de um representante do Conselho da APA Costa das Algas e RVS de Santa Cruz, sobre a mudança no valor do empreendimento. O Sr. Anderson da Silva, da Imetame diz que com a mudança do *layout*, o investimento será maior.

Outra pergunta do representante do conselho da APA Costa das Algas, sobre o risco de introdução de espécies exóticas. O Sr. Marcelo Travassos, da Econservation diz que as regras da NORMAM 20, serão adotadas. Que a incrustação é mais complicada, porque o que se tem é o controle das pinturas de embarcação que evitam. Que o monitoramento da biota aquática tem o objetivo de identificar possíveis espécies exóticas.

Outra pergunta da mesma pessoa, sobre possíveis impactos com baleias Jubarte que utilizam a costa do ES. O Sr. Marcelo Travassos, da Econservation, fala do projeto Caravelas, do monitoramento que identificou essa área. Que tem a rota das embarcações, o canal de navegação e a partir daí tem as rotas estabelecidas pela Marinha do Brasil, que não mais responsabilidade do Terminal. Que as populações de baleias vem aumentando, que os programas de monitoramentos diversos não conseguem associar tais incidentes de crustáceos com a rota de embarcações.

Outra pergunta da mesma pessoa, quanto a possibilidade de erosão nas praias, e sobre as medidas mitigadoras. O Sr. Marcelo Travassos, diz que foram feitos estudos para essa área onde o terminal está se implantando, que não tem nenhum processo erosivo ou de engorda. Que a área de implantação já é confinada. Que foram feitas simulações matemáticas e foi identificada a possibilidade de erosão em frente à casa de hóspede, que as medidas serão tomadas a fim de evitar grande impacto. Lê-se mais uma pergunta do mesmo autor, se tem estudo da capacidade de suporte do bota-fora, para receber o volume esperado. O Sr. Anderson da Silva, da Imetame, afirma que o local tem a capacidade de receber o material dragado de 5 milhões/m³.

Outra pergunta da mesma pessoa, sobre quais impactos da sedimentação do bota-fora, no longo prazo na APA e na RVS de Santa Cruz. O Sr. Marcelo Travassos, da consultoria, diz que pelos estudos, fazendo as simulações de como o material vai se



comportar, poderia se concluir que a área não permite o retrabalhamento de material de fundo. Que o material descartado tende a se concentrar na própria área, com baixa dispersão. Que a pluma, de fato, pode atingir a APA, Costa das Algas, mas com concentrações muito baixas, sem risco para a Revis, e que isso foi repassado ao Iema para a tomada de decisão.

Outra pergunta da mesma pessoa é se haverá sobreposição de área de influência direta do Bota-fora com a APA Costa das Algas, e quais as medidas previstas para essa unidade. O Sr. Marcelo Travassos diz que a área de influência direta (AD) foi definida pela possibilidade da pluma atingir na área de Costa das Algas, mas em baixas concentrações. E não se espera impactos significativos dentro dessa área. São propostos programas de monitoramentos, identificando-se o impacto, adotam-se medidas mitigadoras, podendo destinar recursos da compensação ambiental para a unidade.

Lê-se outra pergunta da mesma pessoa sobre o aumento da área de exclusão de pesca com as atividades da Imetame. O Sr. Marcelo Travassos, diz que não pode falar em números agora, que dará o retorno posteriormente. Cita que tem a área do canal de navegação, da bacia, de evolução e manobras e as áreas onde estão as estruturas marítimas, a área de fundeio e do bota-fora, que é temporário.

Lê-se nova pergunta da mesma pessoa, sobre medidas de compensação para a comunidade pesqueira. O Sr. Anderson da Silva, da Imetame, diz que haverá uma avaliação junto com os outros empreendimentos do entorno. Havendo o impacto, a empresa estará respondendo com responsabilidade a essa demanda.

Lê-se a Pergunta do Sr. Julio Cesar Florentino Perini, se haverá para esse empreendimento ferrovia, e se haverá um termo de compromisso socioambiental. O Sr. Anderson da Imetame comenta que no empreendimento não tem previsão de acesso ferroviário. A Sra. Julianna Calmon Faria do Iema diz que por enquanto não tem previsão da adoção de um Termo de Compromisso Socioambiental pela parte técnica do Iema.

Lê-se a Pergunta do Sr. Israel Azevedo, sobre qual a medida para priorizar a mão de obra local. E com relação a compensação para os pescadores de Barra do Riacho. O Sr. Ettore Selvatici Cavallieri, da Imetame comenta sobre a experiência da empresa



na área de contratação de mão obra local. Que seria maior que 95%. Diz que se compromete a priorizar os nativos da região, usando como comprovação o título de eleitor; que a empresa irá ouvir e respeitar a vontade da comunidade na contratação.

O Sr. Anderson da Silva, diz que sendo tecnicamente comprovado algum tipo de impacto, a Imetame está aberta a avaliar as compensações necessárias.

Lê-se uma pergunta sem identificação sobre a restauração de uma área para esporte e lazer para a comunidade, considerando que a atual área será suprimida pelo empreendimento. O Sr. Marcelo Travassos diz que no estudo não foi identificada uma área de lazer reconhecidamente de uso contínuo pela comunidade.

Às 21h10, o Sr. Mediador informa que se encerrou o período de inscrição de novas perguntas. A seguir lê-se a Pergunta da Sra. Roseane do Bairro Santa Marta, sugere que para comprovação do candidato se deveria exigir a Certidão de Nascimento. O Sr. Ettore Cavallieri, acredita que a ideia de usar a certidão poderia trazer problema. Sugere que a comunidade deva se reunir e a empresa vai seguir o que for decidido pela comunidade.

Lê-se a Pergunta do Sr. Silvio Musso de Oliveira, de Barra do Riacho, coloca que a comunidade abriu mão das praias para implantação de outros projetos. Em contrapartida solicita que a empresa ofereça um ginásio poliesportivo e cuide da sua manutenção. O Sr. Ettore Cavallieri, diz que o empreendimento ocupa uma área relativamente pequena de praia em relação aos outros projetos. Que os equipamentos públicos é de responsabilidade do poder público, mas que a empresa irá cumprir o que o órgão ambiental definir de compensação ambiental desse projeto. Às 21h14min passa-se à fase das perguntas orais. A Sra. Graça do Couto, de Vila do Riacho, fala do tratamento do esgoto. Pergunta sobre a ETE, se tem só no papel? O Sr. Marcelo Travassos, coloca que o projeto vai gerar efluentes, e foi apresentado os sistemas de tratamento de acordo com as normas legais. Que a falta de tratamento de esgoto é algo sério, mas é responsabilidade do poder público. A Sra. Giuliana Faria do Iema, comenta que os empreendimentos devem informar o incremento de população que podem trazer mais pressão sobre os equipamentos comunitários; e devem informar de onde virá os recursos para fazer frente a essa nova demanda. Mas que esse projeto não traz esse incremento de população. A Sra. Graça Couto diz que



poderia haver uma parceria entre os empreendimentos e o poder público para atender a necessidade. A Sra. Julianna Calmon coloca que isso pode ficar como uma sugestão. Cita o exemplo do licenciamento em Anchieta onde as empresas se uniram com o poder público para agir em favor da região.

O Sr. Valdinei Tavares de Souza, da ONG Amigos de Barra do Riacho, pergunta qual será o momento em que as comunidades terão oportunidade de conversar sobre as condicionantes ambientais; pede a qualificação profissional antes da instalação e operação do empreendimento. Fala sobre o problema da certificação. Que é também uma reivindicação das mulheres. Pede também o curso Moço de Convés para operar no porto; apoio para certificação de trabalhadores. Que essas sugestões poderiam ficar como propostas de condicionantes. O Sr. Sérgio Fantine, do Iema, diz que esse seria o momento de colocar sobre as condicionantes, que os técnicos estão presentes. Que tem um tempo após essa reunião em que as comunidades podem enviar sugestões ao Iema. O Sr. Ettore Cavallieri, da Imetame diz que a prática da empresa através da escolinha tem a formação própria de 95% dos profissionais. Que já iniciaram há algum tempo o programa de capacitação do pessoal local. Que está à disposição quanto à recertificação dos profissionais.

O Sr. Marinaldo Antunes, representante da Associação Comunitária de Barra do Sahy, sugere como condicionante um micro empreendimento anexo à associação. Fala da biota marinha, que as algas e pedras estão sendo soterrada e deve se intensificar com o empreendimento. Que tem pescadores de Vila do Riacho até Vila Formosa. O Sr. Marcelo Travassos coloca que existe perda de habitats, que os vários empreendimentos do entorno causam isso. Que certos impactos não tem muito que se fazer; mas com o enrocamento com pedras esse ambiente será recolonizado, pela criação de recifes artificiais. Diz que o monitoramento vai analisar o comportamento do ambiente. Fala dos aspectos de compensação ambiental para esses casos.

O Sr. Sebastião Vicente Buteri, da Federação das Associações de Pescadores, que é muito bom que seja um companheiro da região que está por trás do empreendimento. Que essa área é maior de algas marinhas no Estado, que a dragagem tem um grande impacto físico no mar. Fala das perdas de áreas de pesca. Pergunta o que a Imetame pode fazer com os pescadores.



O Sr. Marcelo Travassos, esclarece que os impactos da dragagem no mar foram colocados no estudo. Que as áreas e os tipos de pescas foram mapeados. Que existe o conflito da área de pesca e o empreendimento. Que já tem como condicionante a compensação da atividade pesqueira, que ainda será implementado de forma participativa com as comunidades.

O Sr. Júlio Cesar Florentino Perine, Presidente do Partido dos Trabalhadores, faz queixas contra a Imetame; que para a obra do galpão, a empresa não colocou ônibus para os trabalhadores da orla; que a empresa não ficha trabalhadores de Barra do Riacho e da orla; que deixa o trabalhador desempregado. Que considera um retrocesso do Iema não ter o Termo Socioambiental. Que já protocolou um pedido de realização de audiência em Barra do Riacho. Que haverá a perda da praia, então solicita que seja feito o Termo Socioambiental, pede uma passarela até a praia da Curva, pede um porto abrigado para os pescadores, que se faça investimento no posto de saúde; que seja feito obras de infraestrutura nas unidades educacionais.

O Sr. Sérgio Fantine, do Iema, informa que esta reunião é gravada, e a ata registra todas as sugestões que serão consideradas pelos técnicos para elaboração do parecer final. O Sr. Ettore Cavallieri coloca que é impossível atender a todos os anseios da comunidade. Que cerca de 50% do pessoal é de Barra do Riacho. Que a empresa tem muitos colaboradores que são da orla. Que já tentaram colocar ônibus na orla por três vezes, mas não foi possível ter continuidade. Que alocam esses trabalhadores em obras fora. Que mantêm uma boa relação com a comunidade.

O Sr. Marinaldo Miranda Gonçalves, da Colônia de Pescadores, diz que terão que discutir melhor a dragagem. Fala de um problema com batelão furado, que tem trazido prejuízos aos pescadores. Que está sendo tirado um berçário. Que serão retirados 8 milhões/m³. Que a movimentação de navios ocasionará uma área de exclusão.

O Sr. Marcelo Travassos, diz que há sim, área de exclusão; a área de bota-fora traz uma exclusão temporária; existe o conflito com a pesca, e isso foi repassado ao Iema, com as devidas medidas, inclusive, de compensação. O Sr. Marinaldo Miranda diz que a exclusão não é temporária. Que discutir com o Iema o batelão, que causa impactos sérios nos berçários. O Sr. Anderson da Silva, da Imetame diz que os



equipamentos serão adequados para a dragagem; que no RCA tem a metodologia e o tipo e monitoramento para essa atividade. O Sr. Sérgio Fantine, do Iema, coloca que as considerações e contribuições do Sr. Marinaldo serão consideradas no parecer final do órgão. O Sr. Herval Nogueira Júnior, diz na parte socioeconomia não está em verde. O Sr. Marcelo Travassos, esclarece que foram destacados os impactos oriundos das alterações no projeto; os demais já foram discutidos no licenciamento anterior. O Sr. Herval fala do problema da falta de infraestrutura, do fechamento de escolas. Fala também da proliferação de pombos devido à carga gerais. Diz ainda que a praia é um espaço importante de lazer para a comunidade, e o estudo não identificou isso.

O Sr. Marcelo Travassos, comenta que a manipulação de granéis é um problema recorrente; que as medidas foram postas com base em outros exemplos de terminais. Que isso será monitorado e vai-se buscar soluções. O Sr. Anderson da Silva coloca que atuou muitos anos no Terminal de Vila Velha, que tem dificuldades por ser um porto público. Mas que a proposta da Imetame é ter um controle e monitoramento constante para evitar essa fauna indesejada. O Sr. Marcelo Travassos, diz que o estudo tem mapeamento; foram feitas entrevistas e tem constatação do uso da área pela comunidade. Que existe sim, o conflito de espaço. Que é uma questão de tomada de decisão; implanta-se o porto com retroárea, conforme vocação industrial da região ou deixar a área como lazer para algumas pessoas. O Sr. Herval coloca a questão natural do uso, que a parte industrial é uma invasão, que transparece que a sociedade não tem valor. Que precisam discutir isso com o Iema. Quer saber até onde vai o molhe norte. Que essa audiência não está transparente. O Sr. Marcelo Travassos, mostra a abrangência do empreendimento e a área que ficará disponível. Que em 2012 foram apresentados os projetos, que isso não mudou, e já foi licenciado. Que a faixa de praia não foi alterada.

O Sr. Vilmar Florêncio comenta sobre os empregos ofertados pela Imetame, que por ser de Vila do Riacho não era aproveitado. Reclama que o pessoal de Vila do Riacho é discriminado. O Sr. Anderson da Silva volta a falar sobre a prioridade da mão de obra local.

Essa fase encerra-se às 22h26min. Não havendo mais manifestações, o Sr. Mediador



